

		PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA SECRETARIA DE RECEITA MUNICIPAL NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e				NÚMERO 1000168 CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO M4TG3EHTL	
DADOS BÁSICOS							
DATA DA EMISSÃO	COMPETÊNCIA	ISS A RETER	Nº DO RPS	Nº DA NFS-e SUBSTITUIDORA	Nº DA NFS-e SUBSTITUÍDA		
21/12/2021	21/12/2021	Não					
PRESTADOR DOS SERVIÇOS							
NOME / NOME EMPRESARIAL		ES & TARGINO ADVOGADOS		NOME DE FANTASIA		CPF / CNPJ	
CAVALCANTI ALDARIS MEIRELES						17.064.976/0001-63	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL		EXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA		Nº DO PROCESSO		OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL	
1163001		Exigível				Sim	
LOGRADOURO		AV COREMAS		BAIRRO		NÚMERO	
				JAGUARIBE		1017	
MUNICÍPIO		JOÃO PESSOA		ESTADO		PAÍS	
				PB		BRASIL	
CEP		TELEFONE		E-MAIL			
58015-087		(83) 3242-3526		advocacia.camt@gmail.com			
TOMADOR DOS SERVIÇOS							
NOME / NOME EMPRESARIAL		ANTÔNIO RIBEIRO		INSCRIÇÃO MUNICIPAL			
LOGRADOURO		RUA DUQUE DE CAXIAS		NÚMERO			
				80			
MUNICÍPIO		JOÃO PESSOA		ESTADO		PAÍS	
				PB		BRASIL	
CEP		TELEFONE		E-MAIL			
58000-000		(83) 9151-6000					
SERVIÇOS PRESTADOS							
ITEM DA LISTA DE SERVIÇOS							
17.14 - Advocacia							
DESCRIÇÃO DETALHADA							
Referente a prestação de serviços jurídicos ao Deputado Federal (FREI ANASTÁCIO RIBEIRO) do PT/PB, dos dias 01 à 31 de dezembro do ano de 2021, tudo conforme recibo em anexo.							
OBRA VINCULADA - CONSTRUÇÃO CIVIL							
LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS							
MUNICÍPIO		JOÃO PESSOA		ESTADO		PAÍS	
				PB		BRASIL	
VALORES							
VALOR DOS SERVIÇOS		DESCONTO INCONDICIONADO		DESCONTO CONDICIONADO		DEDUÇÃO LEGAL	
R\$ 4.100,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
IMPOSTOS		RETENÇÕES DE TRIBUTOS FEDERAIS		CÉSS			
R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
OUTRAS RETENÇÕES		VALORES COMPLEMENTARES		VALOR LÍQUIDO			
R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 4.100,00			
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de IP.							
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES							

RECIBO

R\$ 4.100,00

Recebemos do Deputado Federal Antônio Ribeiro (FREI ANASTÁCIO), brasileiro, solteiro, Frei, Deputado Federal, inscrito no CPF nº 131.636.634-00, RG nº 540.475 SS DS, com escritório político na Praça Dom Adauto, 13, Centro, João Pessoa-PB, Cep 58.010-670, a importância de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), referente ao mês de dezembro das elaborações de requerimento de pedido de inclusão de PL na Ordem do dia nº CD217088565300, além de orientação ao voto das matérias: REQ 5358/2016 - Requer urgência para apreciação do Substitutivo ao PL 442, de 1991, que dispõe sobre a exploração de jogos de fortuna em todo o território nacional e dá outras providências; REQ 2541/2021 - Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 3.422, de 2021; Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 3.422, de 2021; REQ 2835/2021 - Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do PLP 73/2021, que "Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais voltadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 para vedar a limitação de empenho e movimentação das despesas relativas a aquisição de produtos e serviços vinculados à execução do Fundo Nacional de Cultura, e não contabilizar na meta de resultado primário as transferências previstas nesta Lei Complementar; vedar a imposição de limites à execução orçamentária e financeira da programação orçamentária relativa às fontes vinculadas ao Fundo Nacional de Cultura; e vedar a alocação de recursos do Fundo Nacional de Cultura em reservas de contingência de natureza primária ou financeira"; REQ 2847/2021 - Requer, nos termos do art. 155, urgência para a votação do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, que "altera a Medida Provisória nº 2.228 - 1, de 6 de setembro de 2001, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 2031; REQ 2851/2021 - urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1518/2021 que institui a Política Nacional ALDIR BLANC de fomento ao setor cultural e dá outras providências; REQ 2783/2021 - Requer urgência para o PL 1998/2020, que autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional; REQ 2857/2021 - Requer dispensa do interstício regimental entre o primeiro e o segundo turno de deliberação da Proposta de Emenda à Constituição nº 200, de 2016; OBJ 3/2021

- Eleição dos Membros da Câmara dos Deputados que comporão a Comissão Representativa do Congresso Nacional para o período de 23 de dezembro de 2021 a 1º de fevereiro de 2022 (Art. 58, § 4º da Constituição Federal)"; PL 5829/2019 - Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS); altera as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências; PL 3418/2021 - Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); PL 7352/2017 - Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para determinar a prioridade na tramitação de processos, em qualquer instância, relativos a atos de alienação parental;

Para que produza os efeitos desejados, firmamos o presente recibo.

João Pessoa, 21 de dezembro de 2021.



Aldaris Dawsley e Silva Júnior
CAMT ADVOGADOS ASSOCIADOS

12.964.976/0001-63